

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 7

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - Nota Explicativa 17

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional.....	683	540
Fundos de Investimentos (1).....	1.965.233	1.919.239
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.965.916	1.919.779

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

9) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência	
				ON	PN			2024	2023	2024	2023
				Bradescard Elo Participações S.A.	1.895.253			2.822.378	382.264	5.436.027	-
Varese Holdings Ltda.	1.820.001	1.849.645	92.426	-	1.820.001	100,0000	1.849.645	1.637.503	92.426	68.189	
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.	704.928	515.953	7.522	33.763	-	100,0000	515.953	1.037.349	7.522	207.281	
Aranaú Holdings S.A.	1.231.374	948.556	6.826	2.181.279	-	100,0000	948.556	944.538	6.826	(28.937)	
Agora Investimentos S.A.	515.780	647.298	65.782	865.780	-	100,0000	647.297	587.943	65.782	58.467	
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	270.000	525.047	34.736	-	270.000	100,0000	525.047	490.642	34.736	11.198	
CIP S.A. (5).....	1.143.289	1.745.128	605.591	9.505	-	18,0185	314.781	337.779	109.118	107.526	
2B Capital S.A.	224.167	250.418	12.023	60.014	-	100,0000	250.418	241.493	12.023	993	
Tecnologia Bancária S.A. (5).....	956.419	982.709	15.109	913.339	138.224	24,5523	241.277	237.568	3.710	3.150	
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	62.000	123.561	720	2.633	-	100,0000	123.561	122.676	720	13.542	
RCB Investimentos S.A.	13.784	32.733	172.912	1.702	-	65,0000	21.276	66.003	112.393	81.997	
Quod - Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (5).....	679.806	334.777	(28.399)	8.143	2.555	16,8162	56.287	61.072	(4.775)	(7.068)	
e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	44.430	46.731	3.643	64	-	100,0000	46.731	2.680	3.643	140	
Cubos Holdings Participações Ltda.	97.026	(4.084)	(43.725)	-	-	97,026	100,0000	(4.084)	(20.159)	(43.725)	
Bradesco Comercializadora de Energia Ltda. (3).....	20.002	20.601	601	-	-	100,0000	20.601	2	601	-	
TDS Informática S.A. (1).....	6.110	13.327	6.563	6.110	-	100,0000	13.327	-	6.563	-	
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (2).....	22.233	1.449	(3.180)	416	475	100,0000	1.449	-	(3.180)	-	
Ágio (4).....	-	-	-	-	-	-	404.327	200.583	-	-	
Outros Investimentos.....	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-	
Mais valia (Intangível).....	-	-	-	-	-	-	17.699	22.299	-	-	
Total.....							8.727.972	7.897.136	786.647	1.332.591	

- (1) Em 30.04.2024 a Sociedade realizou a aquisição de 100% da empresa TDS Informática S.A.;
- (2) Em 31.05.2024 a Sociedade realizou a aquisição de 100% da empresa Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A.;
- (3) Em 21.06.2024 a Sociedade realizou um aumento de capital no montante de R\$ 20.000 na empresa Bradesco Comercializadora de Energia Ltda. (ex-Lyon Holdings Ltda.);
- (4) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment); e
- (5) Informações contábeis utilizadas com defasagem de datas até 60 dias.

10) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Circulante.....	266.472	169.974
Valor a pagar pela opção de compra de ações (1).....	245.020	169.251
Credores Diversos (2).....	21.409	-
Outras.....	43	723
Não circulante.....	94.168	-
Credores Diversos (2).....	87.693	-
Outras.....	6.475	-
Total.....	360.640	169.974

- (1) Refere-se, a opção de compra de 35% da participação societária na RCB Investimentos.
- (2) Refere-se, a parcela a pagar sobre aquisição das empresas TDS Informática S.A. e Kunumi S.A.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	10.537.140.573	9.925.964.417
Total.....	10.537.140.573	9.925.964.417

Em 5.1.2024 houve uma redução de capital social, no valor de R\$ 528.918, alterando de R\$ 8.863.080 para R\$ 8.334.162, sem cancelamento de ações;
Em 30.1.2024 houve um aumento de capital social com investimento da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. no valor de R\$ 15.429, elevando-o de R\$ 8.334.162 para R\$ 8.349.591;
Em 30.8.2024 houve um aumento de capital social com investimento da Bradescard Elo Participações S.A., no valor de R\$ 175.053, elevando-o de R\$ 8.349.591 para R\$ 8.524.644; e
Em 27.12.2024 houve um aumento de capital social no valor de R\$ 500.000, elevando-o de R\$ 8.524.644 para R\$ 9.024.644.

b) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	955.955	1.438.643
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	9.778.685	9.741.908
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas (em Reais).....	0,10	0,15

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Reservas de lucros.....	3.397.997	2.451.124
- Reserva legal (1).....	267.253	219.455
- Reserva estatutária (2).....	3.130.744	2.231.669

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

e) Juros sobre o capital próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		% (1)	2023	% (1)
	2024	2023			
Lucro líquido do exercício.....	955.955	1.438.643			
Reserva legal.....	(47.798)	(71.932)			
Base de cálculo.....	908.157	1.366.711			
Dividendos mínimos obrigatórios em 2024.....	9.082	13.667	1,00	1,00	1,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

12) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas financeiras.....	289.721	139.443
Rendimento de letras financeiras.....	70.643	94.984
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos.....	212.206	30.366
Juros e variações monetárias.....	6.872	12.664
Resultado com aplicações compromissadas em debêntures.....	-	1.366
Outras.....	-	63
Despesas financeiras.....	(4.395)	-
Arrendamentos.....	(174)	-
Juros e variações monetárias.....	(4.221)	-
Total.....	285.326	139.443

13) DESPESA DE PESSOAL

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Proventos e gratificações.....	10.191	9.555
Encargos sociais.....	3.363	3.049
Despesa de benefícios.....	2.911	2.823
Indenizações trabalhistas.....	-	21
Total.....	16.465	15.448

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins.....	11.599	5.588
I.O.F - Imposto sobre operações financeiras.....	-	3.726
Contribuição ao PIS.....	1.885	909
Outros.....	57	12
Total.....	13.541	10.235

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Amortização.....	4.600	6.480
Doações e patrocínios.....	1.635	1.428
Serviços de terceiros.....	4.027	742
Arrendamentos.....	335	-
Outras.....	414	674
Total.....	11.011	9.324

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador direto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas que o controlador direto detém participação acionária. A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

7) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro		
			Valor justo/contábil (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste a valor justo
Letras Financeiras (1).....	670.915	-	670.915	668.433	2.482
Total em 2024.....	670.915	-	670.915	668.433	2.482
Total em 2023.....	-	599.650	599.650	597.790	1.860

- (1) Refere-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A. com vencimento em dezembro de 2025;
- (2) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e
- (3) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

8) ARRENDAMENTOS

Conforme apresentado, a Sociedade possui arrendamento em 2024, correspondente ao prédio no qual possui sua operação instalada e sua movimentação está apresentada a seguir:

	2024		2023	
	Saldo inicial	Entradas	Alterações contratuais	Amortização arrendamento
Arrendamento ativo				
Saldo inicial.....	-	-	-	-
Entradas.....	1.715	-	1.715	-
Alterações contratuais.....	306	-	306	-
Amortização arrendamento.....	(335)	-	(335)	-
Saldo final.....	1.686	-	1.686	-
Arrendamento passivo				
Saldo inicial.....	-	-	-	-
Entradas.....	1.715	-	1.715	-
Alterações contratuais.....	306	-	306	-
Juros de arrendamento.....	174	-	174	-
Pagamentos no período.....	(392)	-	(392)	-
Saldo final.....	1.803	-	1.803	-

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência	
				ON	PN			2024	2023	2024	2023
				Bradescard Elo Participações S.A.	1.895.253			2.822.378	382.264	5.436.027	-
Varese Holdings Ltda.	1.820.001	1.849.645	92.426	-	1.820.001	100,0000	1.849.645	1.637.503	92.426	68.189	
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.	704.928	515.953	7.522	33.763	-	100,0000	515.953	1.037.349	7.522	207.281	
Aranaú Holdings S.A.	1.231.374	948.556	6.826	2.181.279	-	100,0000	948.556	944.538	6.826	(28.937)	
Agora Investimentos S.A.	515.780	647.298	65.782	865.780	-	100,0000	647.297	587.943	65.782	58.46	

...continuação

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Holding de Investimentos S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Holding de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 15P-296875/O-4



Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Bradescard Elo Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 382.264 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.822.378 mil e Ativos Totais de R\$ 3.834.170 mil.

A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria			
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		510.497	333.701	Circulante		975.536	905.718
Caixa e Equivalente de Caixa	6	148.878	70.542	Impostos e Contribuições a Recolher	15g	3.213	3.668
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	62.329	-	Dividendos a Pagar	14	972.288	902.015
Dividendos a Receber	14	299.290	263.159	Outros Passivos		35	35
Não Circulante		3.323.673	2.623.984	Não Circulante		36.256	36.236
Realizável a Longo Prazo		-	58.775	Passivos Fiscais Diferidos	15d	36.256	36.236
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	-	55.708	Patrimônio Líquido		2.822.378	2.015.731
Ativos Fiscais Diferidos	15c	-	12	Capital Social	10a	1.895.253	1.220.200
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15f	-	3.055	Reserva de Lucros	10b	1.180.062	801.429
Investimentos	8	3.283.499	2.501.673	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(252.937)	(5.898)
Intangível	8-9	40.174	63.536	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.834.170	2.957.685
Total do Ativo		3.834.170	2.957.685				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
	Nota	2024	2023	Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros (Prejuízos) Controladas	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Receitas Operacionais		393.615	874.262	Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.700.000	171.025	1.444.131	(380)	(5.962)	-	3.308.814
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	393.615	767.739	Redução de Capital	(479.800)	-	-	-	-	-	(479.800)
Outras Receitas Operacionais		-	119	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	838.288	838.288
Mais Valia de Investimento	8	-	106.404	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(50)	-	(50)	(50)
Despesas Operacionais		(24.413)	(46.722)	Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	-	-	-	494	-	494	494
Despesas Tributárias	13	(892)	(3.246)	Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	838.732
Despesas Gerais e Administrativas	12	(159)	(644)	Destinações: - Reservas	-	41.914	588.490	-	-	(630.404)	-
Despesa Amortização de Intangível	9	(23.362)	(42.832)	- Dividendos Propostos	-	-	(1.444.131)	-	-	(207.884)	(1.652.015)
Resultado Financeiro		19.108	68.773	Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.220.200	212.939	588.490	114	(6.012)	-	2.015.731
Receitas Financeiras	11	19.108	68.773	Aumento de Capital	675.053	-	-	-	-	675.053	675.053
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		388.310	896.313	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	382.264	382.264
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(6.046)	(58.025)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(247.077)	-	(247.077)	(247.077)
Lucro Líquido do Exercício		382.264	838.288	Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	-	-	-	38	-	38	38
Número de Ações por mil		5.436.027	4.167.605	Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	135.225
Lucro Líquido por lote de mil Ações em R\$		14,22	4,97	Destinações: - Reservas	-	19.114	359.519	-	-	(378.633)	-
				- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(3.631)	(3.631)
				Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.895.253	232.053	948.009	152	(253.089)	-	2.822.378

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2024	2023	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	388.310	896.313	
Ajustes ao Lucro Líquido	(376.867)	(732.211)	
Depreciações/Amortizações	23.362	42.832	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(393.615)	(767.739)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(6.514)	(7.304)	
Lucro Líquido Ajustado	11.443	164.102	
(Aumento) em Outros Ativos/Outras Contas a Receber	(914)	(10.631)	
Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar	(4)	(21)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.465)	(6.243)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	8.060	147.207	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Mais Valia de Investimento	-	(106.404)	
Dividendos/CP Recebidos de Controlada	70.276	729.522	
Aporte de Capital em Controladas/Coligadas	(500.000)	-	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(429.724)	623.118	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(755.822)	
Aumento de Capital	500.000	-	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	500.000	(755.822)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.336	14.503	
Início do Exercício	70.542	56.039	
Fim do Exercício	148.878	70.542	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.336	14.503	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco (Bradesco), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

2.4) Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 7.

2.5) Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 7.

2.7) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.8) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.9) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 a 5
Carteira de clientes	4 a 5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 9.

2.10) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

continua...

BANCO PAULISTA S.A.																																																																										
3) Principais normas e alterações normativas que entraram em vigor em períodos futuros:																																																																										
<ul style="list-style-type: none"> Resoluções CMN nº 4.966/2021, CMN 5.100/2023, CMN 5.146/2024 e complementares - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, estabeleça os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e para a designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Para os requisitos de contabilidade de hedge, a vigência definida pelo Banco Central é 1º de janeiro de 2027. Resolução CMN nº 5.100/2023 - Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/21 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027. Resolução CMN nº 5.199/2024 - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução CMN nº 4.955 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito. Os principais aspectos e impactos das normas estão apresentados a seguir: <ul style="list-style-type: none"> Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros As classificações devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> Custo Amortizado (CA): Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPF3). Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal (Teste de SPF3), quanto para a venda. Valor Justo no Resultado (VJR): Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores. Passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, em algumas exceções (como em Derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação. Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito A Resolução CMN nº 4.966/21 determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Banco integrou o segmento prudencial "S4", dessa forma, a metodologia adotada será a metodologia simplificada, determinados pela Resolução BCB 352/23, observando as carteiras (C1 a C5) e os períodos de atraso das operações. A constituição de provisão para perda esperada será para os ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar. A fim de realizar a apuração, os ativos foram segregados nos seguintes conceitos: <ul style="list-style-type: none"> Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, aplicando os percentuais descritos no Anexo II da Resolução 352/23 para apuração do valor da provisão. Ativos financeiros problemáticos inadimplidos: refere-se aos ativos com atraso superior a noventa (90) dias, aplicando os percentuais descritos no Anexo I da Resolução 352/23 para apuração do valor da provisão, em conjunto com os percentuais descritos no Art. 78, § 1º, Inciso III, resultando no valor da provisão adicional. Impactos da adoção da norma <ul style="list-style-type: none"> Classificação e mensuração Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pela Diretoria, o Banco verificou que não há impactos decorrentes da adoção da nova regulamentação. Perdas esperadas O Banco avalia que a transição para a Resolução CMN 4.966/21, ao aplicar novas bases para constituição da provisão para perda esperada, impactará em uma redução do patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 16.981, líquida dos efeitos tributários, sendo reconhecida, em contrapartida, às reservas de lucros, em 1º de janeiro de 2025. 																																																																										
<p>34. LIMITES OPERACIONAIS O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>RWA e Índice Basileia</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PR</td> <td>170.458</td> <td>175.376</td> </tr> <tr> <td>PR nível I</td> <td>147.376</td> <td>149.006</td> </tr> <tr> <td>Capital Principal</td> <td>147.376</td> <td>149.006</td> </tr> <tr> <td>PR nível II</td> <td>23.082</td> <td>26.370</td> </tr> <tr> <td>RWA Cpad - Crédito</td> <td>1.200.632</td> <td>1.198.740</td> </tr> <tr> <td>RWA Cam - Câmbio</td> <td>68</td> <td>1.521</td> </tr> <tr> <td>RWA Trading - Juros, Commodities, Ações</td> <td>1.284</td> <td>277</td> </tr> <tr> <td>RWA Opad - Operacional</td> <td>164.098</td> <td>154.973</td> </tr> <tr> <td>RWA - Total</td> <td>1.366.083</td> <td>1.355.512</td> </tr> <tr> <td>PR Mínimo</td> <td>109.287</td> <td>108.440</td> </tr> <tr> <td>Índice de Basileia (PR/RWA Total)</td> <td>12,48%</td> <td>12,94%</td> </tr> <tr> <td>Índice Nível I (PR nível I/RWA Total)</td> <td>10,79%</td> <td>10,99%</td> </tr> <tr> <td>Índice Capital Principal (CP/RWA Total)</td> <td>10,79%</td> <td>10,99%</td> </tr> <tr> <td>Índice de Basileia Amplo (PR (RWA Total + Rban))</td> <td>12,17%</td> <td>12,62%</td> </tr> </tbody> </table> <p>O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2024, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 12,48% para o Conglomerado Financeiro.</p> <p>O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.</p> <p>35. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR O Banco, em atendimento à Resolução nº 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.</p> <p>36. OUTRAS INFORMAÇÕES a) Resultados não recorrentes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>(Prejuízo) Lucro Líquido do semestre</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(-) Resultado não recorrente</td> <td>(68.017)</td> <td>5.303</td> </tr> <tr> <td>Reversão de receitas</td> <td>(190)</td> <td>(190)</td> </tr> <tr> <td>Processo trabalhista</td> <td>(715)</td> <td>(715)</td> </tr> <tr> <td>Advogados</td> <td>(953)</td> <td>(167)</td> </tr> <tr> <td>Provisão Processo CAPAG - Receita Federal</td> <td>(74.146)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Efeitos tributários</td> <td>34.202</td> <td>482</td> </tr> <tr> <td>Total resultado não recorrente</td> <td>(41.802)</td> <td>(590)</td> </tr> <tr> <td>(Prejuízo) lucro líquido recorrente</td> <td>(26.215)</td> <td>4.713</td> </tr> </tbody> </table> <p>37. OUTROS ASSUNTOS 1) A Participação nos Lucros e Resultados, no montante de R\$ 874, foi paga aos funcionários no mês de setembro de 2024, referente ao Lucro auferido no 1º semestre de 2024. 2) A partir de 1º de janeiro de 2025, as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, juntamente com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelecem novos critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, abrangendo a designação e o reconhecimento das relações de hedge a serem adotadas pelas instituições financeiras, incluindo o Banco Paulista S.A., e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esses critérios abarcam diversos aspectos, como a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros, o reconhecimento de provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito, a atualização dos instrumentos financeiros com base na taxa efetiva de juros contratual, e o reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. O Planejamento de Implementação, inicialmente delineado com base nas diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.966/21 e adotado pelo Banco Paulista S.A., foi executado ao longo do exercício de 2024, visando à efetiva implementação a partir de 1º de janeiro de 2025. Além disso, há um Comitê específico, composto por diversas áreas, responsáveis por identificar os impactos da adoção dos normativos e acompanhar sua implementação, levando em consideração, entre outros aspectos, os efeitos nos processos e sistemas legados, bem como a revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis.</p>			RWA e Índice Basileia	31/12/2024	31/12/2023	PR	170.458	175.376	PR nível I	147.376	149.006	Capital Principal	147.376	149.006	PR nível II	23.082	26.370	RWA Cpad - Crédito	1.200.632	1.198.740	RWA Cam - Câmbio	68	1.521	RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	1.284	277	RWA Opad - Operacional	164.098	154.973	RWA - Total	1.366.083	1.355.512	PR Mínimo	109.287	108.440	Índice de Basileia (PR/RWA Total)	12,48%	12,94%	Índice Nível I (PR nível I/RWA Total)	10,79%	10,99%	Índice Capital Principal (CP/RWA Total)	10,79%	10,99%	Índice de Basileia Amplo (PR (RWA Total + Rban))	12,17%	12,62%	(Prejuízo) Lucro Líquido do semestre	31/12/2024	31/12/2023	(-) Resultado não recorrente	(68.017)	5.303	Reversão de receitas	(190)	(190)	Processo trabalhista	(715)	(715)	Advogados	(953)	(167)	Provisão Processo CAPAG - Receita Federal	(74.146)	-	Efeitos tributários	34.202	482	Total resultado não recorrente	(41.802)	(590)	(Prejuízo) lucro líquido recorrente	(26.215)	4.713
RWA e Índice Basileia	31/12/2024	31/12/2023																																																																								
PR	170.458	175.376																																																																								
PR nível I	147.376	149.006																																																																								
Capital Principal	147.376	149.006																																																																								
PR nível II	23.082	26.370																																																																								
RWA Cpad - Crédito	1.200.632	1.198.740																																																																								
RWA Cam - Câmbio	68	1.521																																																																								
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	1.284	277																																																																								
RWA Opad - Operacional	164.098	154.973																																																																								
RWA - Total	1.366.083	1.355.512																																																																								
PR Mínimo	109.287	108.440																																																																								
Índice de Basileia (PR/RWA Total)	12,48%	12,94%																																																																								
Índice Nível I (PR nível I/RWA Total)	10,79%	10,99%																																																																								
Índice Capital Principal (CP/RWA Total)	10,79%	10,99%																																																																								
Índice de Basileia Amplo (PR (RWA Total + Rban))	12,17%	12,62%																																																																								
(Prejuízo) Lucro Líquido do semestre	31/12/2024	31/12/2023																																																																								
(-) Resultado não recorrente	(68.017)	5.303																																																																								
Reversão de receitas	(190)	(190)																																																																								
Processo trabalhista	(715)	(715)																																																																								
Advogados	(953)	(167)																																																																								
Provisão Processo CAPAG - Receita Federal	(74.146)	-																																																																								
Efeitos tributários	34.202	482																																																																								
Total resultado não recorrente	(41.802)	(590)																																																																								
(Prejuízo) lucro líquido recorrente	(26.215)	4.713																																																																								
<p>DIRETORIA</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Bruno Cunha Almeida</th> <th>Rui Luís Fernandes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Diretor</td> <td>Diretor</td> </tr> </tbody> </table> <p>CONTADORA</p> <p>Ana Cristina Alves Afonso - CRC 1SP234300/0-5</p> <p>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p> <p>Aos Administradores e Acionistas do Banco Paulista S.A. São Paulo - SP</p> <p>Opinião Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo a resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).</p> <p>Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p>			Bruno Cunha Almeida	Rui Luís Fernandes	Diretor	Diretor																																																																				
Bruno Cunha Almeida	Rui Luís Fernandes																																																																									
Diretor	Diretor																																																																									



TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
CNPJ 03.384.738/0001-98
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quilistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivio), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Integrante do Conglomerado Bradesco, a Tivio é uma empresa de capital fechado, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300 - Sala 7, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, que tem como objeto social principal intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimento.

Na transação para a formação de uma gestora de investimentos independente, o Banco Bradesco S.A., por meio da sua controlada Kartra Participações, adquiriu 51% do capital da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BV DTVM S.A.). A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2025.

e Valores Mobiliários S.A. (BV DTVM S.A.). A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 15 de fevereiro de 2023 e liquidada em 28 de fevereiro de 2023 (closing). Conforme fato relevante publicado em 22 de junho de 2023, a nova gestora de investimentos teve a sua denominação social alterada de BV DTVM S.A. para Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A Tivio contratou e fez gestão dos serviços de auditoria independente de maneira centralizada pela organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Tivio registrou prejuízo de R\$ 60,0 milhões, comparado a um prejuízo de R\$ 11,2 milhões no mesmo período de 2023. Como parte do planejamento estratégico da empresa, aprovado em reunião no Conselho de Administração, a Tivio decidiu implementar uma estratégia de reestruturação do negócio para 2024, com base em seu posicionamento de mercado para

se tornar uma gestora de fundos independente. A nova estratégia envolve renunciar a certas atividades, como administração fiduciária, corretagem, entre outras, com impacto nas receitas e gerando custos operacionais de transição, relacionados a desligamentos de pessoal, além do investimento significativo na seniorização da equipe. Dessa forma, os resultados do exercício findo em 2024 estão em linha com o orçamento, sendo parte fundamental para transformar os desafios iniciais em oportunidades de crescimento e sustentabilidade do negócio para o futuro. A administração da Tivio agradece aos quilistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with columns: Nota, 2º Semestre/ 2024, 2º Semestre/ 2023, Exercício/ 2024, Exercício/ 2023. Rows include RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS, RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS, RESULTADO OPERACIONAL, RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, PREJUÍZO, RESULTADO POR AÇÃO.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with columns: Nota, 2º Semestre/ 2024, 2º Semestre/ 2023, Exercício/ 2024, Exercício/ 2023. Rows include Prejuízo do período, Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado, Resultado abrangente.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with columns: Nota, 2º Semestre/ 2024, 2º Semestre/ 2023, Exercício/ 2024, Exercício/ 2023. Rows include Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento, Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento.

Table with columns: Nota, 2º Semestre/ 2024, 2º Semestre/ 2023, Exercício/ 2024, Exercício/ 2023. Rows include Rendas de aplicações em mercado aberto - Posição bancada, Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Table with columns: Valor justo, 31.12.2024, Total, 31.12.2023, Total. Rows include Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento.

Table with columns: Vencimento em dias, Valor, Valor contábil a mercado de custo contábil a mercado. Rows include 1- Títulos disponíveis para venda, Títulos privados, Cotas de fundo de investimento.

Table with columns: 2º Semestre/ 2024, 2º Semestre/ 2023, Exercício/ 2024, Exercício/ 2023. Rows include Reclassificações de títulos e valores mobiliários, Instrumentos financeiros derivativos, OUTROS ATIVOS.

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows include Outros ativos financeiros, Rendas a receber, Outros ativos, Devidores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 18c), Adiantamentos e antecipação salariais, Outros, Ativo circulante, Total.

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows include Disponibilidades, Disponibilidades em moeda nacional, Aplicações Interfinanceiras de liquidez, Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada, Total.

Table with columns: Nota, 31.12.2024, 31.12.2023. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Ativos financeiros, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários, Carteira de títulos e valores mobiliários, Outros ativos financeiros, Ativos fiscais, Ativos tributários correntes, Ativos fiscais diferidos, Imobilizado de uso, Imobilizações de uso, Depreciação acumulada, Intangível, Ativos intangíveis, Amortização acumulada, Provisões para redução ao valor recuperável, Outros ativos, TOTAL DO ATIVO.

Table with columns: Capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2022, Redução de capital, Prejuízo do período, Saldos em 31 de dezembro de 2023, Mutações do período, Saldos em 30 de junho de 2024, Prejuízo do período, Saldos em 31 de dezembro de 2024, Mutações do período, Saldos em 31 de dezembro de 2023, Prejuízo do período, Saldos em 31 de dezembro de 2024, Mutações do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. A TIVIO E SUAS OPERAÇÕES
A Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivio ou companhia), integrante do Conglomerado Bradesco, é uma empresa de capital fechado, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300 - Sala 7, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, que tem como objeto social principal intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimento.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
As Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES
Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros
Resolução BCB nº 178/2022 e BCB nº 391/2024 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil em que as principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são:

(j) Classificação e Mensuração - Ativos Financeiros
A Resolução BCB nº 352/2023 traz um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflete como a companhia gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPL, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

(ii) Provisão para Perda
Em relação a provisão para perdas de crédito da Resolução BCB nº 352/2023, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros
A Resolução BCB nº 352/2023 define que os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

(iv) Contabilidade de hedge
Em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme a Estratégia de Gerenciamento de Risco da companhia, entretanto a aplicação do capítulo IV da Resolução BCB nº 352/2023, que trata da Contabilidade de hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027.

(v) Transição
As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resolução BCB nº 352/2023 serão aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial.

(vi) Disponibilidades
Disponibilidades em moeda nacional
Aplicações Interfinanceiras de liquidez
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada
Total

reapetida para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, conforme facultou a Resolução BCB nº 397/2024. A Administração avaliou e concluiu que não haverá impactos significativos pela adoção dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023.

b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real. Nestas Demonstrações Financeiras, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, com data líquida e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data de aplicação.

d) Títulos e valores mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor pago e ajustados pela provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

f) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos
As realizações dos ativos fiscais diferidos estão suportadas por projeções orçamentárias da companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, bem como desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

g) Ativos e passivos contingentes - fiscais, cíveis e trabalhistas
Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a companhia constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

h) Imobilizado de uso
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

i) Intangíveis
São ativos intangíveis referem-se basicamente a softwares e licenças de uso (ou direitos de uso). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo em que o benefício é gerado. A vida útil e o valor residual desses ativos são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

j) Receitas de prestação de serviços
As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, pela efetiva realização dos serviços, independente do seu efetivo recebimento.

k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: São aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: São aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras.

As principais receitas de prestação de serviço da companhia referem-se à gestão e administração de ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. Parte das taxas de administração possuem como base o desempenho do fundo de investimento por taxas de performance. Quando estas incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente quando auferidas, ou seja, quando a performance for atingida e não for mais passível de reversão.

TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

★ continuação

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2024

Ilustríssimos Srs. Membros do Conselho de Administração da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Conforme o Estatuto da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia ou Tivio), o Comitê de Auditoria (Comitê), instituído nos termos da Resolução BCB no 130, de 20 de agosto de 2021 e alteração posterior, é composto por 03 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

As investidas estatutárias do Comitê vigem desde dezembro de 2023 e foram inicialmente homologadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme Ofício 32.534/2023-BCB/Deof/OTSP1 (Processo 256681), de 11 de dezembro de 2023 e a aprovação da reeleição dos mandatos dos atuais membros, que vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2026, foi objeto do Ofício 18.900/2024-BCB-Deof/OTSP1 (Processo 269555), de 19 de julho de 2024.

Durante o período, o Comitê realizou 04 (quatro) reuniões ordinárias até a divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, contabilidade, bem como com diretores e executivos de outras áreas da Companhia e também com os auditores independentes.

Dentre as atividades realizadas durante as reuniões ocorridas, cabe destacar, de maneira não exaustiva, os temas que foram objetos de análise, discussão e recomendação, conforme competência do Comitê, além das contribuições realizadas pelos membros durante as discussões, a saber: (i) estrutura de governança corporativa e competências do Comitê; (ii) atualização dos negócios (avaliação da performance dos fundos); (iii) apresentação das atividades de compliance e controles internos; (iv) apresentação dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2024, incluindo o relatório da auditoria independente; (v) contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e (vi) contratos relevantes com partes relacionadas.

O Comitê se reuniu com os auditores independentes para discussão e deliberação acerca dos seus trabalhos, analisando a natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria, bem como os riscos identificados.

O Comitê analisou os resultados da avaliação formal da auditoria independente para apuração da qualidade, do escopo e do volume das informações prestadas e não foram identificadas situações que pudessem prejudicar a independência dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, realizou o exame e análise das demonstrações financeiras Anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e normas e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, que emitiu opinião não modificada (sem ressalvas), bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante as reuniões realizadas, os membros do Comitê julgam que as demonstrações financeiras do exercício de 2024 estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 13 de março de 2025.

Herculano Anibal Alves - Coordenador do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa - Membro do Comitê de Auditoria

José Danúbio Roza - Membro Qualificado do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Tivio" ou "companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre e exercício findos nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de março de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

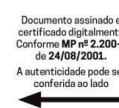
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F-SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/03/2025. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



* - continuação

Natureza de serviço prestados pela Construcrap CCPS: Serviços executados em obras civis, incluindo demolição, construção, reforma e manutenção, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos Parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu mobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoio aos usuários e de apoio operacional, tendo em vista os encargos do Contrato de Concessão e investimentos efetivos. 10. Ativo financeiro: Em fevereiro de 2024 o Poder Concedente firmou com a Sociedade novo "Termo Aditivo do Contrato de Concessão" em que a Concessionária deverá realizar as obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise "José Emino de Moraes", conforme os Anexos do Termo de Aditamento. O valor do Termo Aditivo é de R\$ 71.977, na data-base de julho de 2023, reajustável nos termos do Aditivo, que corresponde ao investimento, despesas e custos operacionais estimados para execução das obrigações de obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise, conforme o Anexo II do Termo de Aditamento. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão se dará mediante ao pagamento de indenização, para recomposição dos valores despendidos para execução das obras, serviços e projetos. É de responsabilidade do Poder Concedente providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito federal, estadual e municipal. Nos termos do Termo de Aditamento, o prazo máximo para conclusão das ações de requalificação e conservação da Marquise é de 16 meses, contados da data de emissão da Ordem de Início. O montante despendido até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$9.289. 11. Ativo Intangível: As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98; • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciou o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 12. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada parque. A partir do momento em que esses investimentos são concluídos, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuíram para a determinação futura do intangível, para a ideia exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária.

Taxa média utilizada na amortização

Table with columns: Ano, Lajeado, Tenente, Eucaliptos, Jacinto Alberto, Jardim Felicidade. Rows 2023-2027.

11 (a) - Intangível operacional

Table showing movement of intangible operational assets with columns for Custos, Amortização Acumulada, and Liquido for 2023-2024.

(b) - Intangível próprio

Table showing movement of own intangible assets with columns for Custos, Amortização Acumulada, and Liquido for 2023-2024.

Movimentação:

Table showing movement of software and patent assets with columns for Adições and Amortização for 2023-2024.

12. Ativo imobilizado

Table showing annual average depreciation rates for 2023 and 2024.

Table showing depreciation of machinery and equipment with columns for Custos, Depreciação Acumulada, and Liquido for 2023-2024.

Movimentação:

Table showing movement of machinery and equipment with columns for Adições and Depreciação for 2023-2024.

13. Empréstimos e financiamentos

Table showing financial instruments with columns for Modalidade, Encargos, and values for 2023-2024.

*CDI - Certificado de Depósito Interbancário; *TLP - Taxa de longo prazo. a) Em dezembro de 2022, a Sociedade assinou, junto ao BNDES, o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019 no montante de R\$ 150.000.000, divididos em dois subcreditos, sendo R\$ 80.000.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R\$ 70.000.000 compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e pelos recursos originários do Fat - Depósitos Especiais. • Durante o ano de 2023, foram liberados os valores nominais de R\$ 71.500, R\$ 9.000 e R\$ 34.000, respectivamente - (dezembro/2023 - R\$ 116.602). • Durante o ano de 2024 foram liberados os valores nominais de R\$ 8.219, R\$ 3.409 e R\$ 17.950, respectivamente. b) Em dezembro de 2022 a Sociedade emitiu de 70 mil debêntures não convertíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA, no valor unitário de R\$ 1.000 reais cada, captando o montante de R\$ 70.000 (dezembro/2023 - R\$ 70.479) em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte celebrado com a instituição Banco Bradesco, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. Em julho de 2024, a Sociedade realizou a segunda emissão de debêntures (R\$ 40 mil debêntures não convertíveis em ações), juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de R\$ 1.000 reais cada, captando o montante bruto de R\$ 40.000.

Table showing monthly interest rate for 2024 and 2023.

As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Table showing terms and conditions of operations for 2024 and 2023.

Garantias da operação: Em relação à 1ª Emissão de Debêntures com o Banco Itaú BBA S.A. as garantias estabelecidas foram: • Aval corporativo no formato de garantia fidejussória, pela acionista, até o completion físico e financeiro do Projeto, conforme parâmetros previstos na Escritura; • Cessão fiduciária de recebíveis; • Alienação fiduciária de ações emitidas pela Sociedade. Em relação à 2ª Emissão de Debêntures com o Banco Itaú BBA S.A., a garantia estabelecida foi: • Aval corporativo no formato de garantia fidejussória, pela acionista. Em relação ao Contrato de Financiamento com o BNDES, as garantias estabelecidas foram: • Aval corporativo no formato de garantia fidejussória, pela acionista, conforme

parâmetros previstos no Financiamento; • Cessão fiduciária de recebíveis; • Composição de conta reserva, substituível por fiança bancária, conforme os termos do referido Contrato. A Sociedade encontra-se adimplente com relação às obrigações financeiras e não financeiras estipuladas nas Escrituras de Emissão de Debêntures, tanto da primeira quanto da segunda emissão, e ao Contrato de Financiamento BNDES, e em relação às condições das garantias, conforme Contratos de Cessão Fiduciária de Recebíveis, Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, ao Contrato de Compartilhamento de Garantias entre os financiadores e em relação à composição de fiança bancária, no caso do Contrato de Financiamento do BNDES. Cláusulas restritivas contratuais: Há covenants financeiros da Sociedade vinculados ao Contrato de Financiamento com BNDES e às Debêntures com o Banco Itaú BBA, conforme cláusula vigésima oitava da Escritura de Emissão, que prevê que deverá ser atingido minimamente o valor do Índice de Cobertura da Serviço da Dívida igual ou superior a 1,30, com medição a partir de 2025, para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em relação ao Contrato de Financiamento junto ao BNDES, conforme parágrafo décimo do documento, deve-se observar os seguintes requisitos para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social: (a) Quando o ICSD for igual ou superior a 1,50, a Sociedade poderá distribuir recursos, independentes de anuência prévia do BNDES. (b) Quando o ICSD for inferior a 1,50 e igual ou superior a 1,3, a Sociedade poderá distribuir 25% do resultado, independentes de anuência prévia do BNDES. (c) Quando o ICSD for inferior a 1,30 fica vedada a distribuição de resultado pela cliente, sem prévia anuência prévia do BNDES. (d) Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser realizada a comunicação prévia ao BNDES do valor a ser distribuído, com a comprovação do atendimento dos requisitos mencionados nas cláusulas anteriores.

Cálculo do ICSD: ICSD = GOC / SD; GOC = EBITDA ajustado (-) Impostos sobre o lucro; (a) EBITDA ajustado = lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização; (b) Impostos sobre o lucro = total do IRPJ e CSLL corrente; (c) Serviço da dívida (SD) = Apropriação dos juros dos empréstimos e IOF

Table showing ICSD calculation for 2023 and 2024 with columns for EBITDA ajustado, Impostos sobre o lucro, and Serviço da dívida (SD).

14. Obrigações e encargos trabalhistas: Obrigações a pagar: Salários e pensão alimentícia a pagar; Encargos sociais trabalhistas; Provisões: Provisão de férias

Table showing labor obligations and provisions for 2023 and 2024.

15. Obrigações tributárias: IRPJ e CSLL a recolher; Cofins a pagar; Pis/Cofins/CSLL retidos e a pagar; INSS retido; IRRF retido; ISS retido e a pagar

Table showing tax obligations for 2023 and 2024.

16. Adiantamento de clientes: Cessão de espaço; Patrocínio; Publicidade; Outras receitas; Adiantamento Lei Rouanet Infraestrutura

Table showing advance payments for 2023 and 2024.

17. Adiantamento de outorga: Outorga de estacionamento; Prêmio por desempenho; Circulante; Não circulante; Em 30/09/2020, a Sociedade celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial paga na assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência. Em 28/06/2024, a Indigo realizou antecipadamente o pagamento das parcelas remanescentes, relativas aos aportes adicionais previstos para os próximos 3 (três) anos, em uma única vez, mediante celebração do 3º Termo Aditivo, no valor de R\$ 18.132, que será reconhecido proporcionalmente em cada ano originalmente devido.

18. Outras obrigações a pagar: Cauções; Outras obrigações a pagar; As retenções de caução são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço. 19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital social: O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados. 19.2. Reserva de lucros: Reserva legal: Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. 19.3. Dividendos: A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido por levantar balanços extraordinários para os fins retiro mencionada. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente à 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a conclusão Físico-Financeira do Projeto, portanto, a partir do encerramento do ano de 2024, ou caso não esteja em curso qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) os Investimentos Obrigatórios estejam finalizados; (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiduciária no âmbito da Escritura; e (iii) a Emissora comprove situação economicamente favorável, sendo certo que a posterior liberação para distribuição de dividendos não poderá gerar um Efeito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. 19.4. Lucro por ação: A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Table showing financial metrics for 2023 and 2024.

20. Receita operacional líquida: Publicidade e patrocínio; Cessão de uso de espaço; Locação de equipamentos; Construção; Eventos e atividades; Tecnologia; Outros; Vendas canceladas; Receita bruta (-) Deduções sobre faturamento e outros custos de faturamento; Outorga sobre faturamento

Table showing operating revenue for 2023 and 2024.

21. Custos dos serviços prestados

Table showing service costs for 2023 and 2024.

22. Despesas comerciais, gerais e administrativas

Table showing commercial, general and administrative expenses for 2023 and 2024.

23. Resultado Financeiro

Table showing financial result for 2023 and 2024.

Table showing financial expenses for 2023 and 2024.

Table showing deferred taxes for 2023 and 2024.

Table showing tax base for 2023 and 2024.

Table showing temporary tax base for 2023 and 2024.

Table showing tax base for 2023 and 2024.

Table showing composition of deferred taxes for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Table showing social contribution for 2023 and 2024.

Vamcruz I Participações S.A. - CNPJ/ME nº 21.514.543/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1 Imobilizado. Consolidado 2024 2023 Custos Histórico Líquido Custos Histórico Líquido

Imobilizado em operação Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação Bens em operação Materiais sobressalentes Instalações Móveis e utensílios Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Terreno - Direito de uso Veículo - Direito de uso

2.3.1(a) Movimentações em 2024 Consolidado 2024 2023 Valor Ingres- Depre- líquido mois- ciação Custo Histórico Líquido Ingres- Depre- mois- ciação Valor em 2023 Baixas Baixas em 2024

2.3.1(b) Movimentações em 2023 Consolidado 2024 2023 Valor Ingres- Depre- líquido mois- ciação Custo Histórico Líquido Ingres- Depre- mois- ciação Valor em 2023 Baixas Baixas em 2024

2.3.3 Investimentos. 2.3.3(a) Informações financeiras sobre a controlada direta Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.3.3(b) Informações financeiras sobre as controladas indiretas Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2024 e de R\$ 262.664 (31/12/2023 - R\$ 262.664) subscrito e integralizado por Envolver Participações S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf, representado por 262.663.888 ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (em real) cada, e tinha a seguinte distribuição:

Quantidade % Valor 2024 2023 Ordinárias Ordinárias 128.705.306 49% 128.705 49%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

2.4.3 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

Imobilizado em operação Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação Bens em operação Materiais sobressalentes Instalações Móveis e utensílios Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Terreno - Direito de uso Veículo - Direito de uso

2.3.2 Intangível Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(a) Movimentações em 2024 e 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(b) Movimentações em 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.3 Investimentos. 2.3.3(a) Informações financeiras sobre a controlada direta Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.3.3(b) Informações financeiras sobre as controladas indiretas Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2024 e de R\$ 262.664 (31/12/2023 - R\$ 262.664) subscrito e integralizado por Envolver Participações S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf, representado por 262.663.888 ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (em real) cada, e tinha a seguinte distribuição:

Quantidade % Valor 2024 2023 Ordinárias Ordinárias 128.705.306 49% 128.705 49%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

2.4.3 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

Imobilizado em operação Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação Bens em operação Materiais sobressalentes Instalações Móveis e utensílios Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Terreno - Direito de uso Veículo - Direito de uso

2.3.2 Intangível Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(a) Movimentações em 2024 e 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(b) Movimentações em 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.3 Investimentos. 2.3.3(a) Informações financeiras sobre a controlada direta Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.3.3(b) Informações financeiras sobre as controladas indiretas Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2024 e de R\$ 262.664 (31/12/2023 - R\$ 262.664) subscrito e integralizado por Envolver Participações S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf, representado por 262.663.888 ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (em real) cada, e tinha a seguinte distribuição:

Quantidade % Valor 2024 2023 Ordinárias Ordinárias 128.705.306 49% 128.705 49%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

2.4.3 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

Imobilizado em operação Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação Bens em operação Materiais sobressalentes Instalações Móveis e utensílios Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Terreno - Direito de uso Veículo - Direito de uso

2.3.2 Intangível Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(a) Movimentações em 2024 e 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.2(b) Movimentações em 2023 Consolidado 2024 2023 Histórico Líquido Histórico Custo Valor em 2023 Custos Baixas em 2024

2.3.3 Investimentos. 2.3.3(a) Informações financeiras sobre a controlada direta Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.3.3(b) Informações financeiras sobre as controladas indiretas Acesso % Participação 2024 2023 Capital Social Capital Integrado 2024 2023

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2024 e de R\$ 262.664 (31/12/2023 - R\$ 262.664) subscrito e integralizado por Envolver Participações S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf, representado por 262.663.888 ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (em real) cada, e tinha a seguinte distribuição:

Quantidade % Valor 2024 2023 Ordinárias Ordinárias 128.705.306 49% 128.705 49%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

2.4.3 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

2024 2023 Lucro Líquido apurado no exercício 7.559 3.390 Constituição da Reserva Legal - 5% (378) (170) Dividendos Mínimos Obrigatórios 7.181 3.221 Lucros Retidos a Deliberar 5.386 2.415

Aos Administradores e Acionistas da Vamcruz I Participações S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamcruz Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o resultado das atividades realizadas durante o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da

governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de auditoria. A administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nós, auditores independentes, conduzimos a auditoria em conjunto, está livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

2024 2023 Passivo - Contas a receber Dividendos a receber Passivo - Contas a pagar Dividendos a receber Passivo - Contas a pagar Dividendos a receber Total

2024 2023 Passivo - Contas a receber Dividendos a receber Passivo - Contas a pagar Dividendos a receber Passivo - Contas a pagar Dividendos a receber Total

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de auditoria. A administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nós, auditores independentes, conduzimos a auditoria em conjunto, está livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

Ator distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que o autor de fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a documentação ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e as bases fiscais das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025. Forvis Mazars Auditores Independentes - CRC 25P023701/O-8 Marcelo Nogueira de Andrade - Contador CRC 086312/O-6 T-RJ

Vamczur Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.514.557/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 3 main sections: Balanços patrimoniais, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, and Demonstração dos fluxos de caixa. Includes sub-sections for Circulante, Não circulante, Total do ativo, etc.

Table with 3 main sections: Demonstração dos resultados, Demonstração dos resultados operacionais, and Demonstração dos resultados financeiros. Includes sub-sections for Receita operacional líquida, Despesas operacionais, Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro.

Table with 3 main sections: Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2024, Contexto, base de preparação e outras informações; Nota 1. Informações gerais; Nota 2.1. Atividades operacionais; Nota 2.2. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 2.3. Atividades operacionais; Nota 2.4. Atividades financeiras; Nota 2.5. Atividades operacionais; Nota 2.6. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 2.7. Atividades operacionais; Nota 2.8. Atividades financeiras; Nota 2.9. Atividades operacionais; Nota 3. Atividades operacionais.

Table with 3 main sections: Nota 3.1. Atividades operacionais; Nota 3.2. Atividades financeiras; Nota 3.3. Atividades operacionais; Nota 3.4. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.5. Atividades operacionais; Nota 3.6. Atividades financeiras; Nota 3.7. Atividades operacionais; Nota 3.8. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.9. Atividades operacionais; Nota 3.10. Atividades financeiras; Nota 3.11. Atividades operacionais; Nota 3.12. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.13. Atividades operacionais; Nota 3.14. Atividades financeiras; Nota 3.15. Atividades operacionais; Nota 3.16. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.17. Atividades operacionais; Nota 3.18. Atividades financeiras; Nota 3.19. Atividades operacionais; Nota 3.20. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.21. Atividades operacionais; Nota 3.22. Atividades financeiras; Nota 3.23. Atividades operacionais; Nota 3.24. Atividades financeiras.

Table with 3 main sections: Nota 3.25. Atividades operacionais; Nota 3.26. Atividades financeiras; Nota 3.27. Atividades operacionais; Nota 3.28. Atividades financeiras.

Jornal O DIA SP

Vamcruz Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.514.557/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1 Imobilizado						2.3.2 Investimentos					
Consolidado						Consolidado					
2024		2023		2024		2023		2024		2023	
Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido	Ordinárias	Ordinárias	Integrado	Volante	Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)	Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)
Imobilizado em operação Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação						Ativos Totais 2024: 513.422 2023: 511.501					
Bens em operação Materiais sobressalentes Instalações Móveis e utensílios Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Terreno - Direito de uso Veículo - Direito de uso Total dos bens em operação						Passivos (Circulante e Não Circulante) 2024: 252.760 2023: 248.593					
2.3.1 (a) Movimentações em 2024						2.3.2 (b) Movimentações em 2023					
2.3.1 (b) Movimentações em 2023: A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2065, conforme contrato fundiários.						2.3.2 (b) Movimentações em 2023: O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiros uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório (CCEAR). Os contratos regulados do Complexo Vamcruz são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.					
2.3.1 (b) Movimentações em 2023: A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2065, conforme contrato fundiários.						2.3.2 (b) Movimentações em 2023: O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiros uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório (CCEAR). Os contratos regulados do Complexo Vamcruz são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.					
2.3.1 (b) Movimentações em 2023: A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2065, conforme contrato fundiários.						2.3.2 (b) Movimentações em 2023: O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiros uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório (CCEAR). Os contratos regulados do Complexo Vamcruz são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.					

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem de torres eólicas.

5.3 Seguros Vigentes para o Complexo de Vamcruz

Todas Controladas	Riscos Operacionais	Vigência / Seguradora	Valor em Risco
		Garantia	
		13/12/2024 a 13/12/2025	666.972
		- SWISS RE	
		- TOKIO MARINE	62.487

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contratos de venda e de compra de ativos e passivos.

6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da cada exercício contábil e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: • Benefícios em imóveis de terceiros - 5-15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veículos - 5 anos. • Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos. • Equipamentos de processamento de turbinas - 12 a 25 anos. • Turbinas Eólicas - 22 anos (2022 - 25 anos). O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil do ativo. Os ganhos são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. **Desmobilização:** As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela depreciação acumulada e pelo valor de recuperação. **6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são calculada com base no método linear durante a vida útil de tempo contábil e as estimativas são contabilizadas prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil de tempo contábil e as estimativas são contabilizadas prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil de tempo contábil e as estimativas são contabilizadas prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

6.3.2 Intangível. 6.3.2.1 Ativos Intangíveis Internamente Gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou vendê-lo. • Alta probabilidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde ao custo dos gastos incorridos de desenvolvimento até o momento em que os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos com base no custo de desenvolvimento até o momento em que os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos com base no custo de desenvolvimento até o momento em que os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos com base no custo de desenvolvimento até o momento em que os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa obrigação é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agência De Notícias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CDB3-3906-CFB9-ACB8.

-* continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Águas Claras S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

e gestão das Áreas do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren, conforme cláusula 20ª do Contrato de Concessão. A Sociedade terá como principais obrigações dispor de equipamentos, materiais e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato, mantendo durante todo o Contrato condições necessárias para execução do Objeto, bem como assumir integralmente a responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços obrigatórios, assim como por quaisquer acidentes de trabalho na execução do objeto. Os encargos e orientações operacionais estão descritos e detalhados do Anexo II do Contrato de Concessão. Deverá a

Sociedade realizar investimentos obrigatórios e modernização conforme cronograma e especificações no Anexo III do Contrato de Concessão. A Sociedade deverá cumprir com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, dentre outras. A Sociedade deverá apresentar mensalmente informações detalhadas sobre a visitação verificada e receita auferidas do exercício. Deverá apresentar ao Poder Concedente suas demonstrações financeiras incluindo, dentre outros itens, o Balanços Patrimoniais e nas

Demonstrações de Resultados correspondentes, além de relatório anual de conformidade, contendo a descrição das atividades realizadas e outros dados relevantes, nos prazos abaixo estabelecidos: • Do encerramento do 1º e 4º trimestre no prazo de até 45 dias do encerramento de cada trimestre civil, não auditadas; • Do encerramento do 1º semestre no prazo de até 31 de agosto de cada exercício civil, auditadas; • Do encerramento do exercício civil até 120 dias contados do encerramento do exercício, auditadas. **19. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes.

Diretoria

Victor Pereira Serrano - Diretor Administrativo e financeiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Urbia Águas Claras S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Águas Claras S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

Responsável técnico pelas informações contábeis
Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

São Paulo, 14 de março de 2025

Diego Cavalcante Bastos
Contador - CRC 1 SP 292913/O-9





Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

Table with columns: 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Prazo indeterminado, Total. Rows include Ativo, Depósitos e demais instrumentos financeiros, Passivos Fiscais, etc.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975/21 Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil onde as principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são:
(i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e
(ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

24) GESTÃO DE RISCOS

a) Contexto Operacional
O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Presidência do Banco Digo.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do Banco junto a alta direção são as Comissões de Gestão de Riscos apenas com membros do Banco Digo, e alinhamentos com o órgão de Gestão Integrada de Riscos do controlador. São apresentados mensalmente nas Comissões os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos do Banco Digo.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o banco e de acordo com as regulamentações vigentes.

b) Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada dentro da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A estrutura de Gestão de Riscos tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o Banco.

c) Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada dentro da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. O Banco Digo está exposto a risco cambial e de taxa de juros da carteira (IRRRB) em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

d) Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada dentro da estrutura da Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição.

e) Gestão de capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes
Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou não relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

A DIRETORIA

Table with columns: Nome, Cargo. Rows: Carlos Giovane Neves (Diretor-Presidente), Marcelo Scarpa Rezende Leite (Diretor), Douglas Paz de Lima (Contador).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselho da Administração e Administradores do Banco Digo S.A. Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digo S.A. ("Banco Digo" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

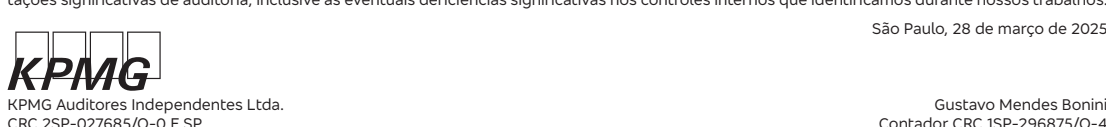
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRS 2SP-027685/O-0 F SP

São Paulo, 28 de março de 2025

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRS 1SP-296875/O-4









PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/CDB3-3906-CFB9-AC8B> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CDB3-3906-CFB9-AC8B



Hash do Documento

4079CBE661438473F9C98EC01A784976034FAB91BE31499471EBF71A5924BA97

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 29/03/2025 00:41 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

